



**Requerimento nº 28/2011
(da Sra. Manuela d'Ávila)**

Requeiro a realização de diligência de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias à cidade de Estreito no MA, para verificar denúncias do fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Estreito (na divisa entre os estados do Tocantins e do Maranhão) para a conformação do lago da barragem. Por isso, famílias que, segundo o Consórcio Ceste, não seriam atingidas agora, encontram-se desamparadas, com a água entrando em suas residências.

Justificativa

Em relação ao caso da Usina de Estreito e as violações aos direitos humanos esse processo já vem sendo discutido há muito tempo, com a organização das famílias, a realização de várias audiências públicas e vários momentos de mobilização sociais.

Em 2007, os índios, os ribeirinhos, toda a população atingida fez um acampamento, onde ficaram 15 dias acampados. Na época, havia uma ação civil pública na Justiça Federal que solicitava paralisação da obra, mas foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, com a alegação de que, se a obra ficasse parada, seria prejuízo ao desenvolvimento do País. Daí em 2007, foi negociado por recomendação conjunta do Ministério Público Federal e do Estadual Tocantins/Maranhão que fosse criado um fórum, um espaço para debate e encaminhamento das propostas, mas que não passou de uma proposta.

Em 2009, o avanço da obra aconteceu e nenhum debate com a sociedade civil organizada aconteceu e somente em 2010 com o apoio da CDHM as entidades conseguiram espaço para debater a problemática e ficou o encaminhamento de uma visita a localidade de Estreito.

Agora em 2011 recebemos informações mais graves de que o Consórcio de empresas responsáveis pela barragem de Estreito - Vale, Alcoa, Camargo Corrêa e Tractebel Suez - erraram nas medições e, áreas que não estavam previstas para serem alagadas, agora já estão submersas ou ficarão nos próximos dias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Nas denúncias recebidas por esta Comissão, os atingidos nos relatam que quando a água começou a invadir as residências, representantes do Consórcio acima citado vieram até as famílias e deram prazo de 24 horas para saírem e, caso não saíssem, seriam multados em até 27 mil reais e seriam retirados por força policial.

A ameaça se cumpriu, ainda que sem o pagamento da multa. Os atingidos que residem no município de Barra do Ouro, em Tocantins relatam que há cerca de 20 dias sua comunidade (com 58 famílias) foi desocupada a força e as casas foram destruídas. Com um caminhão, a empresa transportou os pertences dos moradores, contrariando a vontade dos mesmos, que tiveram que deixar os animais, as fruteiras e muitas outras coisas pessoais. Segundo o relato, o dia da desocupação dessa comunidade era um dia chuvoso e molhou toda a mudança das famílias, que agora estão em kitnets, na casa de parente e/ou em casas alugadas e sobrevivem com o recebimento de cestas básicas, angariadas por representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Essa situação relatada é degradante e violadora dos direitos mais básicos e requer que hoje cumpramos com nosso compromisso assumido em 2010 de irmos enquanto Comissão verificar a localidade de Estreito para darmos visibilidade a problemática, ouvirmos os/as atingidos/as e assim podermos cobrar com argumentos, os órgãos do Governo Federal responsáveis pela hidrelétrica, as devidas reparações.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011

Deputada Manuela d'Ávila
PCdoB-RS